

Primeiro turno eleitoral de 2016 em Belo Horizonte

Práticas de despolitização da campanha

É possível que as eleições de 2016 sejam lembradas por duas características muito marcantes. A primeira se refere ao acentuado desencanto do eleitor com a política. Embora isso não seja exclusividade desta eleição, verificou-se, pela primeira vez em muitos anos, a prática do discurso abertamente antipolítico.

Esse movimento resulta de uma intensa campanha de desacreditação do poder instituído e dos representantes eleitos. No jogo protagonizado pela grande mídia para atribuir a um só partido a responsabilidade por toda a crise política e econômica por que passa o país, acabou recrudescendo a ideia de que política é uma coisa suja, praticada por pessoas desonestas. Abriu-se, em razão disso, espaço para candidatos que – apesar de estarem, obviamente, fazendo política – dizem não ser políticos.

O segundo fato peculiar desta eleição está intimamente ligado ao primeiro. Trata-se da descaracterização da política como espaço de constituição e disputa entre projetos ideológicos diversos. Em alguns momentos, pareceu não mais haver distinção de propostas políticas ou de caráter ideológico. Todos os discursos se assemelhavam. A própria cobertura que os jornais e outras mídias fizeram da campanha eleitoral de primeiro turno parece ter se baseado na premissa de que os candidatos diferem apenas pelo que prometem fazer em áreas como saúde, educação, segurança ou outros serviços públicos. Distinções ideológicas foram diluídas e desvalorizadas.

Quando a disputa do primeiro turno começou, tinha-se a sensação de uma campanha esterilizada e incapaz de despertar o interesse do cidadão. Não havia projetos para a cidade, mas apenas propostas tópicas de gestão, que não discutiam nem propunham solução para questões que

constituem a raiz dos problemas que afetam a cidade.

Boa parte do que foi então prometido pelos candidatos careceria de uma análise cuidadosa. A exequibilidade daquelas promessas é discutível num momento em que a arrecadação tributária está encolhendo. Somam-se a isso os inúmeros cortes feitos pelo Governo Temer com alta probabilidade de impactar as contas dos municípios.

Em razão desses mesmos fatos, uma análise mais descritiva revela um caráter fortemente ideológico que – mesmo sem transparecer à primeira vista – marcou estas eleições. Alguns candidatos a prefeito fizeram propostas para fortalecer políticas públicas. Outros se propuseram apenas a reproduzir mecanismos assistencialistas e clientelistas. Nisso se revelaram as concepções de Estado e de sociedade que os candidatos sustentam. A proposição de modelos diversos sugere a existência de ideologias diversas, ainda que não sejam explicitamente abordadas.

Ainda no mesmo campo, pôde-se intuir, a partir dos discursos de campanha, que houve candidatos que prometeram incentivar a participação dos cidadãos na gestão da cidade. Outros apenas se propuseram a reproduzir o modelo vigente em que a relação com a população é verticalizada.

Além disso, houve discursos que negaram a política. Outros usaram a moral e a religião como critério para atrair votos ou para difamar os adversários.

Alguns se recusaram a focalizar o debate nos problemas da cidade ou a explicitar o método que pretendiam usar para enfrentar a crise de arrecadação por que o município está passando. Outros, ainda, sonegaram informações ao eleitor sobre os acordos e alianças já feitos (ou ainda por fazer) para conseguir governar...

Todos esses foram atos que, talvez, possam revelar posicionamentos ideológicos cultivados pelos candidatos, na medida em que colocam a participação do cidadão mais ou menos próxima do centro das políticas a serem implantadas.

Muito pouco dessas questões foi enfrentado explicitamente. Percebê-las exigiu um acompanhamento sistemático da campanha, acesso a informação e capacidade de análise. Em razão disso, imensa parte dos cidadãos não foi atraída pelo processo eleitoral e permaneceu excluída do debate que, de fato, poderia ter interessado à cidade.

Partidos e coligações contribuíram para uma certa palidez ideológica nestas eleições. Símbolos e cores tradicionalmente utilizados por eles deram lugar a soluções que priorizaram marcas potencialmente mais amistosas e atraentes para o eleitor. No caso do Partido dos Trabalhadores, chegou-se a notar um ocultamento da estrela que sempre esteve presente em outras campanhas. O argumento de que isso teria por objetivo espelhar melhor a diversidade propiciada pela coligação com o PCdoB deixa sem explicação o fato de que, em anos anteriores, inexistia tal cuidado. Esse é apenas o caso mais evidente, mas diversos partidos adotaram medidas análogas.

Outra tática de despolitização da política consistiu no apagamento de líderes tradicionais dos partidos. Eles sempre foram apresentados como padrinhos políticos dos candidatos, mas, nesta campanha, tiveram participação reduzida ou mesmo inexistente. Tal ocultação é, claramente, apenas tática, mas contribui para reforçar a negação da política. Enquanto o eleitor é ludibriado pelo discurso da não política e candidatos dizem não ser políticos, a prática dos acordos – lícitos ou escusos – seguiu acontecendo.

Eleitor escolhe “ninguém” para governar a cidade

Como sugerem pesquisas diversas, frente ao cenário acima descrito, grande parcela dos eleitores, desmotivada, só mostrou algum interesse pelas eleições já na reta final do primeiro turno. Uma pesquisa feita pelo Ibope mostra que quase a metade dos eleitores (45%) em grandes centros urbanos escolheram seus candidatos nos últimos

Contudo, parece que ao se negar a política como negociação legítima entre grupos diversos, portadores de interesses próprios em uma sociedade, fortaleceu-se a política como conchavo alheio ao bem comum.

Concluído o primeiro turno, Belo Horizonte assistiu à tradicional mobilização dos partidos derrotados que tentaram negociar seu apoio com um dos candidatos que disputam o segundo turno. Houve uma guerra de declarações e contra-declarações, como é o caso dos candidatos Rodrigo Pacheco (PMDB) e Sargento Rodrigues (PDT). Ambos declararam apoio ao candidato João Leite (PSDB) e foram censurados por seus partidos que tomaram rumos diferentes daquele que ambos haviam, precipitada e solitariamente, se comprometido a tomar.

No comportamento desses candidatos, mostra-se a ideia de que, por haver disputado uma eleição, eles pretendem ter se tornado autoridades em seu partido. Sentem-se legitimados para tomar decisões sem consultar os correligionários. São fatos que mostram o quanto a democracia pode ser frágil dentro de um partido político.

Ambos os candidatos vitoriosos no primeiro turno afirmaram querer “o apoio do povo”, e não o de líderes políticos. João Leite afirmou respeitar o atual prefeito Marcio Lacerda (PSB), mas disse que é o apoio das pessoas que ele espera receber. A declaração feita pelo PCdoB de que defenderia o voto em Kalil foi ironizada por esse candidato que, supostamente, manteve sua recusa a apoios partidários (exceto pelo apoio recebido do PR), alegando não ser político. Ostentando a pretensão de acabar com a politicagem, Kalil não explica como pretende governar sem fazer alianças com os partidos políticos que podem lhe dar a sustentação necessária na Câmara Municipal.

momentos antes da votação. Não se pode descartar a existência haja uma estreita relação entre desmotivação, desinteresse e improviso.

Declarações colhidas pela imprensa registram o fato de que parte importante da população decidiu seu voto em função de temas marginais ou sem relevância política imediata. É o caso da-

queles que declaram haver baseado a escolha em suas preferências por um time de futebol. De modo semelhante, outros dizem haver decidido votar em um candidato em razão de afinidades religiosas. Isso não atinge apenas o eleitor. Em particular, no segundo turno, futebol e religião ganharam centralidade nas campanhas conduzidas por ambos os candidatos que se mantiveram na disputa.

O esvaziamento da política se verifica também na acentuada taxa de ausência dos eleitores na votação. Em muitos municípios – inclusive em diversas capitais estaduais –, o número de eleitores que deixaram de votar, anularam seus votos ou votaram em branco é maior do que a quantidade de votos obtida pelo primeiro colocado na disputa pelo Poder Executivo municipal. Em outros casos, embora menor, o abstencionismo superou o segundo colocado na disputa.

O caso de Belo Horizonte é emblemático. O primeiro colocado, João Leite (PSDB) obteve, aproximadamente, 395 mil votos. Alexandre Kalil (PHS) conquistou a preferência de cerca de 314 mil eleitores. Somados, o número de votos obtidos por ambos os candidatos que disputam o segundo turno (perto de 710 mil) é inferior ao número de abstencionistas (mais de 740 mil), ou seja, daqueles que não compareceram, votaram em branco ou anularam seu voto. Isso quer dizer que 43,12% dos eleitores de Belo Horizonte deixaram de mostrar preferência por algum candidato.

Embora Belo Horizonte seja a capital que atingiu o maior percentual de recusa a qualquer dos candidatos está longe de ser um caso isolado. O quadro descrito acima se repete, como tendência, em 21 das 26 capitais em que ocorreram eleições. Ao todo, só nessas cidades, cerca de dez milhões de eleitores deixaram de escolher um candidato para prefeito. Diante disso, muitos analistas inferem que os vencedores da disputa eleitoral deste ano foram os votos ditos “inválidos”. É interessante notar que mesmo em São Paulo, cidade onde o candidato tucano foi eleito em primeiro turno, o número de votos obtidos por ele é inferior aos brancos, nulos e ausentes.

As novas regras que regularam esta campanha podem ter dificultado ainda mais ao eleitor se

interessar pela eleição. Depois de ter sido abreviada no primeiro turno, a propaganda entre os dois candidatos, na capital, foi feita, no segundo turno, em dois blocos diários de dez minutos. Outros setenta minutos foram distribuídos ao longo da programação de rádio. Ambos os oponentes dividiram esse tempo em partes iguais. Originalmente, os tempos se repetiriam iguais no rádio e na televisão. No entanto, em razão de um acordo entre os concorrentes – com o alegado objetivo de reduzir custos – a duração do bloco maior, na televisão, foi reduzida à metade.

As inserções breves levaram à adoção de uma linguagem mais comercial e panfletária, inviabilizando a discussão, em profundidade, dos problemas da cidade e as possíveis propostas de solução. Também favoreceram os arroubos emocionais, carregados de estereótipos vazios e palavras que podem até produzir efeitos emocionais no ouvinte ou espectador, mas não têm conteúdo capaz de levá-lo à ação política.

Dada a inexistência de debates com conteúdo de interesse social e político, multiplicaram-se bordões do tipo “eu não sou político” e outros afins, apenas reafirmando lugares-comuns. Parece que, com isso, foi reforçada a ideia típica de senso comum segundo a qual “político é tudo igual”. Pode ser que, nesse jogo, apenas o desgosto pela política por parte do cidadão médio tenha sido acentuado.

Alguns dias antes do segundo turno, pressionado pelo avanço de Kalil nas pesquisas eleitorais, o candidato João Leite começou a utilizar uma gravação com palavras anti-religiosas e machistas proferidas por Kalil. Ao que parece, o objetivo de João Leite é provocar uma reação emocional e moralista do eleitor, visando a repetir a tática similar usada por Marcio Lacerda (PSB) contra Leonardo Quintão (PMDB) em 2008.

De modo metafórico, pode-se dizer que a campanha se converteu em palco para a performance de candidatos que, maus atores, recitaram suas partes fingindo crer no que eles próprios diziam. Os verdadeiros jogos políticos que estavam em ação não foram explicitados ou discutidos com o eleitor.

Nova correlação de forças entre os partidos

Finalmente, houve outro fenômeno nesta eleição, talvez relacionado ao menor valor disponível para financiamento de campanha, que foi a diminuição no número total de candidaturas lançadas. Hipoteticamente, isso pode ser explicado, em parte, pelo limite menor de candidaturas por vaga, imposto, nesta eleição, para cada coligação ou partido. Há, contudo, aspectos mais difíceis de mensurar, como o descrédito da política instituída que atualmente parece ter atingido seu ápice.

Seja qual for a explicação para o fenômeno, observa-se que um partido com participação decisiva na política nacional, como o PSDB, reduziu a quantidade de candidatos lançados (de 310 candidatos a prefeito em municípios mineiros em 2010 para 270 no pleito atual). Mesmo o PMDB, um partido caracterizado pela sua presença em grande quantidade de cidades, reduziu em cerca de dez por cento os seus candidatos a vereador. Também o número de candidatos a prefeito por esse partido foi reduzido, embora menos sensivelmente.

O caso mais notável de encolhimento é o do Partido dos Trabalhadores, depois da insistente campanha de criminalização conduzida contra os petistas pela mídia e por setores conservadores da sociedade. No estado de Minas Gerais, foram 311 candidatos petistas na disputa anterior; em 2016, foram 195 (algo em torno de quarenta por cento de redução). Números semelhantes se expressam também nas candidaturas do partido ao Legislativo.

Em todo o país, o PT disputou 971 prefeituras, o que corresponde a menos da metade das 1.759 que havia disputado em 2012. O número de vitórias obtido é pior do que o do pleito anterior, quando o PT ainda estava no auge. Esse partido diminuiu em cerca de 60% o número de prefeitos e vereadores que conquistou agora, comparado ao resultado que obtivera em 2012.

Dos dezessete milhões de votos recebidos naquele pleito, restaram-lhe agora pouco abaixo de sete milhões. Contudo, tendo vencido em cerca de 26% dos municípios em que disputou a prefeitura, o PT obteve um sucesso superior, por exemplo, à eleição de 2004, quando alcançou cerca de 22% de vitórias. Esses números podem ser importantes para relativizar um certo senti-

mento derrotista que assola o PT e, com explícito contentamento, é alimentado pelas análises da mídia.

No presente contexto, é menos importante avaliar se e em que medida as notícias de envolvimento em escândalos de corrupção são verdadeiras, pois notícias de teor semelhante atingem vários outros partidos. Contudo, a campanha de criminalização foi feita de forma a assolar o PT, deixando outros partidos passarem mais ou menos incólumes. Mesmo sobre aparatos de Estado, como a Polícia Federal e o próprio Poder Judiciário para a suspeita de parcialidade.

Qualquer expectador, ouvinte ou leitor da grande mídia – se for capaz de pensamento crítico – será levado a perguntar se apenas o PT teria se perdido em meio a tanta corrupção e, afinal, de onde teria vindo o dinheiro que, por décadas, sustentou os demais partidos. É difícil não se questionar se não teria sido das mesmas empresas e empreiteiras, das quais enormes somas de dinheiro foram desviadas, que saíram os valores que abasteceram as caríssimas campanhas eleitorais ostentadas até agora por todos (ou quase todos) os partidos.

Resulta disso, no senso comum, certa ideia que faz do PT a origem de todos os males no Brasil. Embora tal partido possa ter sua parcela de responsabilidade no sistema político nacional atualmente em escombros, pode-se suspeitar legitimamente que os demais partidos tenham dado, cada qual, sua própria contribuição para a atual desordem.

Sem conseguir – por motivos internos tanto quanto por razões de conjuntura mais ampla – se comunicar com a sociedade para fazer esse tipo de reflexão, o PT e outros partidos autoproclamados como “de esquerda” amargaram derrotas significativas.

Possivelmente relacionado com tudo isso, observa-se um crescimento dos partidos associados ao processo que levou à deposição da presidente Dilma Rousseff (PT). Seu principal antagonista, o PSDB, cresceu, em 2016, por volta de 25% em relação à disputa ocorrida naquele outro ano. Já o PMDB – beneficiário direto da ação parlamentar instaurada neste ano para tomar o poder – foi, em números absolutos, o partido mais votado

nas atuais eleições para prefeitos e vereadores, apesar de haver amargado uma queda próxima dos 12% no número de votos obtidos em 2012.

Entre os pequenos partidos, há alguns que tiveram um crescimento muito expressivo, chegando próximo de dobrar ou até triplicar, em 2016, o número de votos que haviam obtido em 2012. Contudo, alguns deles também decresceram, levando a inferir que não há um padrão único para compreender os resultados alcançados por tais partidos.

Diminuiu o número de eleitores que escolheram candidatos de partidos comumente associados à esquerda. PCB e PSTU tiveram resultados apenas levemente superiores aos do PT. Outros, como o PCdoB e o Psol obtiveram reduções menores, mas sempre em viés de baixa. A exceção poderia ser o PCO que teve uma alta expressiva, mas que, em números absolutos, não chega a contrapor a tendência de queda nos partidos desse campo.

Chama a atenção, em particular, o crescimento dos partidos que têm sido designados como “centrão” e que vêm defendendo propostas sempre mais conservadoras, próximas até do reacionarismo. Durante os últimos anos, esse conjunto de doze partidos ganhou importância graças à influência do (agora) ex-presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB). O grupo, que reúne 218 deputados federais, havia eleito apenas dois prefeitos em 2012. Estão na disputa do segundo turno, porém, em várias capitais, inclusive em estados de grande protagonismo econômico e político, como é o caso de Marcelo Crivella (PRB), no Rio de Janeiro, e Alexandre Kalil (PHS) em Belo Horizonte.

Na campanha eleitoral desses partidos, destaca-se a falta de ideologia explícita, isto é, não se identificam com nenhuma bandeira e suas propostas de governo se caracterizam pela generalidade e superficialidade. Frente a discursos tão pouco consistentes, os analistas políticos que tentaram delinear uma síntese das diretrizes de

governo que os eleitos pretendem implantar enfrentam muita dificuldade.

Mesmo sem a presença do PT no segundo turno, não se pode dizer que a polarização acabou. Apenas se explicitou a disputa, de fundo, entre os modelos representados, durante as últimas décadas, pelo PT e pelo PSDB. Vale notar que, do ponto de simbólico, a polaridade continua sendo explorada. No primeiro turno, a campanha de João Leite (PSDB) tematizou continuamente a crítica ao PT, associando-o à corrupção e a crise no país. Esse discurso passou a ser frequentado pelos dois candidatos, depois, durante o segundo turno.

Isso foi percebido pela imprensa, mas sem que fosse explicitada a disputa simbólica que está acontecendo. Prevaleceu a interpretação de uma suposta disputa de poder ainda persistente entre PT e PSDB. Contudo, esse ponto de vista parece ignorar que o polo petista se diluiu. Restou um conjunto de valores cultivados pela “esquerda”. Dele, vários partidos se aproximam, mas nenhum consegue capturar, esgotar ou representar totalmente esse ideário.

Se, por um lado, ocorreu uma complexificação do “campo de esquerda” com a diminuição da influência do PT, outra polarização começou a aparecer ao se apresentar, de forma simplista, um dos candidatos como “político” e o outro como, supostamente, “não político”.

No segundo turno em Belo Horizonte, a decisão do eleitor parece guiar-se por um critério pragmático de escolher o menos pior. Notadamente, esse é um critério subjetivo, baseado nas simpatias ou antipatias que a atitude de um e de outro candidato suscita para um dado eleitor. Além disso, é uma forma de decisão que pode estar ideologicamente enviesada, na medida em que se basear numa oposição prévia à vitória do PSDB. Quem é contra os tucanos, pode ver em Kalil uma (remota) possibilidade de oposição. Tal forma de escolha tem levado alguns analistas a considerar que, neste segundo turno, o voto é dado sem convicção.

Candidatos “ficha suja” são impedidos de disputar a eleição

Cerca de dois mil candidatos foram considerados inaptos para a disputa pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MG). Dentre eles, mais de mil tive-

ram registro de candidatura indeferido por falta de documentação, irregularidades nos partidos ou por serem considerados “ficha suja”. Isso não

quer dizer necessariamente que tais candidatos tenham sido impedidos de disputar, pois, graças a recursos judiciais, alguns tiveram o direito de participar da eleição garantido, até que se chegue a um julgamento final do caso.

De acordo com o levantamento feito pelo *site Congresso em foco*, tanto em números absolutos como em proporção ao número de candidatos lançados, os partidos políticos com mais concorrentes enquadrados na Lei da Ficha Limpa são o PSDB e o PMDB. O primeiro teve 209 candidatos barrados. Já no PMDB, a Justiça eleitoral reteve como inelegíveis 306 candidatos, o que equivale a mais de dez por cento dos candidatos barrados. Em terceiro lugar, aparece o PSD (184 candidatos barrados). O Partido dos Trabalhadores aparece em 12º lugar nesse *ranking*, com 42 candidatos

Religião e política

Outro fenômeno importante nesta eleição foi a presença da religião como critério para a escolha do candidato em quem votar. No Brasil, essa é uma questão já antiga. No entanto, neste ano, ela se renovou como ingrediente da disputa.

A crescente influência de igrejas evangélicas não é um fato exclusivamente brasileiro. Estudos internacionais constatam que esse fenômeno vem acontecendo em toda a América Latina, favorecendo a prevalência de uma pauta conservadora. As questões mais polêmicas envolvem o aborto, o casamento de homossexuais, a legalização da maconha, a defesa do modelo estabelecido de família e dos papéis tradicionais de gênero. São temas de interesse para todas as religiões que intervêm na política, inclusive para o Catolicismo.

De acordo com os estudos da universidade americana *Virginia Commonwealth University*, vem ocorrendo um crescimento das igrejas evangélicas na América Latina. Suas práticas religiosas festivas e emotivas teriam feito com que, em cem anos, tais igrejas tivessem conseguido se aproximar mais da cultura latino-americana do que o Catolicismo foi capaz de fazer em cinco séculos.

Observa-se o crescimento desse segmento social também na representação política, com a consequente vitória de pautas conservadoras. No Congresso brasileiro, a “bancada evangélica”,

incluídos na lista de inelegíveis. Apenas o PSTU, o PCO e o Partido Novo não tiveram candidatos impedidos de concorrer com base na Lei da Ficha Limpa.

Comparando-se os resultados deste primeiro turno com a eleição de 2012, observa-se que houve uma redução no número de políticos que conseguiram se reeleger. Nas mesmas condições, 55% dos mandatários conseguiram a reeleição em 2012. Já na eleição em andamento, apenas 46,85% deles conseguiram a recondução ao cargo no primeiro turno, embora tenha aumentado agora o número de prefeitos que buscavam se reeleger. Não estão computados nesses números os 55 municípios em que ainda se disputa o segundo turno.

com quase oitenta deputados, teve importante papel no processo que levou ao afastamento do governo petista. Nota-se, contudo, que a pauta evangélica só prospera em face da omissão ou da conivência de parte significativa dos parlamentares que se declaram católicos.

Por essa razão, há quem considere que o crescimento das bancadas “religiosas”, comprometidas com concepções mais conservadoras, estaria relacionado com o desmonte das esquerdas e com a onda de negação da política tradicional.

O aumento do número de evangélicos eleitos vem sendo interpretado também como mais uma das consequências das mudanças eleitorais aprovadas no ano passado. As restrições no financiamento, a imposição de mais limites para as campanhas na rua e a redução do tempo no rádio e na televisão acabam beneficiando candidatos ligados a igrejas com esse perfil.

Alguns analistas consideram que tais congregações cristãs se tornam máquinas poderosas de divulgação e ampliação das campanhas, mesmo estando proibidas de usar cultos e eventos religiosos para pedir votos. Supõe-se que, como já possuem uma identidade com seus eleitores, os candidatos promovidos nesses grupos já saiam em vantagem. A imprensa vem registrando, recorrentemente, situações em que eleitores declaram votar em um determinado candidato por

considerá-lo “um homem de Deus”. Nesse caso, para tal eleitor, o candidato fica dispensado de apresentar qualquer proposta. Ele é escolhido por uma identificação *a priori*, ou seja, forma-se um vínculo entre eleitor e eleito que não exige

qualquer justificção ou esforço deste último para conquistar o voto. Há apenas a suposição de que, por compartilhar a fidelidade a determinada religião, será um bom parlamentar.

Custos da campanha e proibição do financiamento por empresas

Segundo dados divulgados na imprensa, os 41 candidatos eleitos para ocupar a Câmara Municipal de Belo Horizonte gastaram R\$ 3,6 milhões em suas campanhas. Na média, o custo da eleição, por vereador, na capital foi de, aproximadamente, R\$ 88 mil. O candidato que fez a campanha mais barata arrecadou menos de mil reais; o valor da campanha mais cara ficou pouco abaixo de R\$ 260 mil. Nenhum deles atingiu o teto estabelecido, que se elevava a cerca de R\$ 600 mil.

Num cálculo ideal em que o valor investido pelo candidato é dividido pelo número de votos que o candidato conquistou, pode-se dizer que o custo do voto em Belo Horizonte oscilou entre R\$ 0,31 e R\$ 35,96. Isso implica uma diferença de mais de cem vezes da campanha mais cara para aquela com o menor orçamento.

Constata-se que o custo médio do voto, em 2016, foi de R\$ 12,60. Esse número representa uma redução de quase 60% sobre o valor de 2012, quando ocorreu a eleição dos prefeitos e vereadores cujo mandato se encerra nos próximos meses. O vereador eleito com a maior quantidade de votos teve o custo médio de R\$ 3,00 por voto. O vereador cuja campanha foi mais cara alcançou cerca de 40% da votação do primeiro colocado. Mesmo entre o primeiro e o segundo colocados há, no custo do voto, uma diferença de mais de dez vezes.

Embora ainda possam ocorrer alterações nas prestações de contas feitas pelos candidatos, análises preliminares dos custos da campanha do primeiro turno, em todo o país, já permitem comparações com valores registrados nas eleições municipais de 2012 e apontam, nacionalmente, uma redução de gastos da ordem de 71%. Foram cerca de R\$ 7 bilhões na disputa passada contra os R\$ 2 bilhões gastos neste ano, já descontada a inflação do período.

Tal redução vem sendo atribuída, pelos analistas, primeiramente, à proibição de doações por empresas e ao período de baixa atividade eco-

nômica. De fato, a redução dos custos aparece ligada a uma proporcional diminuição na arrecadação de partidos e candidatos. Os R\$ 7,2 bilhões arrecadados em 2012, reduziram-se a R\$ 2,5 bilhões em 2016.

A proibição do financiamento empresarial de campanhas é consequência de uma decisão tomada pelo Supremo Tribunal Federal. No entanto, também o Congresso Nacional teve seu papel na redução do preço das campanhas eleitorais.

Embora seja muito criticada pela pouca eficácia e por vários efeitos nefastos que gerou, a reforma eleitoral realizada pelo Congresso em 2015, sem nenhuma discussão com a sociedade, levou à redução do preço da atual campanha. Um efeito positivo alcançado por medidas discutíveis, dizem seus críticos. O tempo de campanha eleitoral foi reduzido à metade e, neste ano, durou apenas 45 dias. A propaganda em rádio e televisão teve sua extensão limitada a 35 dias (ao invés dos 45 dias de duração preconizados pela legislação anterior). À redução do tempo de campanha acrescenta-se a limitação do uso de meios tradicionais como a fixação de *banners* e a proibição do uso de cavaletes em locais públicos.

Todavia, uma questão que se põe é o sacrifício que tal limitação da campanha impôs aos valores democráticos. Quem critica tal redução considera que a medida favoreceu os candidatos já conhecidos da população. Personagens midiáticos, políticos que já concorreram a cargos eletivos em outras campanhas e candidatos ligados a agremiações religiosas, por exemplo, têm vantagem competitiva em relação a um cidadão que não goza de visibilidade pública e precisaria de mais tempo para fazer-se conhecido. Alguns consideraram evidente que também ficaram beneficiados aqueles que têm patrimônio próprio suficiente para custear sua própria campanha.

Estaria sendo sacrificada, portanto, a isonomia de condições na disputa. Seguindo tal raciocínio, a redução dos custos de campanha, por si só,

seria considerada um bem, mas questiona-se se vale a pena realizá-la em detrimento de princípios democráticos.

Outra questão que vem sendo posta é que a mudança na campanha foi apenas quantitativa, motivada pela restrição de financiamento. Não teria havido uma reavaliação dos meios e dos fins a serem alcançados pela campanha eleitoral. Segundo se diz, ainda estaria prevalecendo, nos partidos políticos, uma confusão conceitual entre *campanha* eleitoral e *propaganda* eleitoral.

Seguindo tal raciocínio, se fosse visto como uma *campanha*, o período eleitoral poderia ser entendido como convencimento do eleitor sobre a viabilidade e o interesse das propostas apresentadas por um candidato e seu partido. No segundo caso, a *propaganda* seria feita como um anúncio comercial em que se apresenta o candidato como se fosse um produto ou mercadoria, sem provocar o eleitor para uma reflexão sobre sua cidade. Prevalecendo a forma propaganda, estaria sobrando personalismo (o elogio vazio de supostas qualidades pessoais do candidato), ao invés da apresentação de projetos claros e exequíveis.

Para o modelo em que se espera promover o candidato como produto comercial, a redução do dinheiro disponível se torna um problema grave. Em razão disso, incapazes de pensar as necessárias mudanças qualitativas na concepção das campanhas, deputados federais já discutem formas para superar a queda na arrecadação de recursos. Vem sendo retomada no Congresso Nacional a ideia de se voltar com o financiamento de campanhas por empresas já para a eleição de 2018. Outra possibilidade que vem sendo analisada seria a criação de um fundo eleitoral com recursos do fundo partidário.

Ao que parece, na visão prevalentemente adotada por deputados federais, tais soluções seriam mais fáceis, do que a proposição de uma efetiva reforma política que reduzisse os custos de campanha por meio de uma mudança estrutural. Sem a perspectiva de concretizar tal revisão de fundo, os números de 2016 continuam sendo uma sombra ameaçadora para aqueles parlamentares: houve queda nas doações feitas pelos próprios políticos (de R\$ 1,1 bilhão em 2012 para R\$ 752 milhões neste ano), assim como se reduziu a

um terço o dinheiro arrecadado com a realização de eventos.

A experiência realizada em vários países nos quais se conta apenas com as contribuições de filiados para cobrir as despesas dos partidos e os custos de campanhas parece enfrentar, como problema adicional, a inexistência de semelhante cultura no Brasil. Como o custeamento das campanhas há anos vinha sendo feito pelas empresas que têm contrato com os governos, aqui os cidadãos não foram estimulados a participar dos processos eleitorais, custeando financeiramente um projeto político de seu interesse.

Uma matéria publicada em um jornal de circulação nacional propõe uma comparação com os Estados Unidos, país em que 13% dos eleitores contribuíram financeiramente na campanha presidencial de 2012. No Brasil, contudo, mesmo tendo quase dobrado em relação às eleições municipais passadas, os números divulgados até o momento mostram que, aproximadamente, 229 mil pessoas fizeram doações a candidatos. Isso representa apenas 0,16% dos eleitores do país.

Como constata a reportagem mencionada acima, no Brasil não só é reduzido o número de doadores, como também as doações são concentradas. Há poucos doadores que contribuem com somas vultosas. Apenas 1% dos doadores de campanha respondem por quase 25% das doações. Os que receberam doações entre R\$ 100 mil e R\$ 500 mil correspondem a apenas 6% dos candidatos. Somente 0,9% dos candidatos conseguiram doações que superam esse valor. Por outro lado, isso implica que, para cada cinco candidatos, um não conseguiu arrecadar nem uma doação de pessoa física ao menos.

Outro problema a ser considerado são as irregularidades nas doações. Chegam a somar R\$ 659 milhões e esse número pode crescer à medida que as prestações de contas venham a ser finalizadas. Embora oficialmente a doação feita por empresas esteja proibida, há suspeitas de que candidatos possam ter recorrido a essa fonte de recurso. Só em Minas Gerais, passam de dez mil os casos em que há indícios de irregularidade. Em todo o país, mais de um quarto dos contribuintes estão sob suspeita, inclusive, nesse número, os candidatos que fizeram doações do próprio bolso.

A incompatibilidade entre renda do doador e valor doado é uma das mais frequentes incongruências detectadas, sugerindo que ocorreu a utilização indevida do CPF de outras pessoas, como forma de ocultar a fonte irregular. Em linguagem informal, são chamadas de “laranjas” essas pessoas que, intencionalmente ou mesmo sem seu conhecimento, são empregadas como fachada para ocultar doações ilícitas. Suspeita-se de que empresas possam ter usado o CPF de seus funcionários para camuflar sua doação. Até pessoas falecidas figuram como doadoras.

O tipo de infração que ganhou maior repercussão na mídia foi a identificação de pessoas beneficiárias do Programa Bolsa Família como doadoras. Números parciais apontam que, aproximadamente, 16 mil CPF's de inscritos nesse programa estão entre os doadores. Correspondem a 7,5% do total de financiadores de candidatos. A dupla linha de investigação que está sendo seguida, nesses casos, são o uso indevido do CPF de pessoas pobres ou o fato de que o recebedor do benefício que fez a doação não é uma pessoa carente e não deveria fazer parte do referido programa social. Contudo, na cobertura feita pela mídia ao caso, transparece, mais ou menos implicitamente, a tentativa de pôr sob suspeição o programa como um todo.

Em diversas reportagens predominou a tentativa de enfatizar esses casos de possível corrupção no financiamento eleitoral. Raramente, porém, se deu destaque ao fato de que, sob as novas regras de prestação de contas, os casos suspeitos vêm sendo rapidamente identificados, abrindo a possibilidade de que, antes mesmo da conclusão do processo eleitoral em todo o país, já se possam aprofundar as investigações. Não tem prevalecido, nas análises de opinião na grande imprensa, a constatação de que o fim do financiamento por empresas aumentou a transparência

e a agilidade no controle público das contas. Isso se deve à melhor identificação do doador e ao cruzamento de seus dados possibilitado pelo sistema que passou a ser utilizado nestas eleições.

Há analistas que consideram que o sistema de contas eleitorais por candidato (e não por partido ou coligação) dificulta a fiscalização. Como, em todo o país, houve meio milhão de candidatos, abre-se a possibilidade de que se multipliquem os casos de corrupção. Nos países em que os partidos são financiados pelo Estado ou por doações de seus militantes, esse problema do ingresso de recursos não identificados já foi superado.

Seja como for, em 2016, já se vê um significativo impacto quando se projetam as contas atuais sobre o pano de fundo das eleições anteriores. Há dois anos, quando houve a eleição para governadores e presidente, não havia limite de gasto imposto aos candidatos. Neste ano, em cidades em que pode haver dois turnos, como Belo Horizonte, Contagem e Betim, a legislação estabelece o teto de 50% da campanha mais cara em 2012. Onde não há segundo turno, o valor máximo corresponde a 70% do teto na eleição municipal anterior.

Considerando apenas os dados de prestação de contas parcial, disponíveis logo após a votação em primeiro turno, o valor gasto por todos os onze candidatos a prefeito em Belo Horizonte, somados, é inferior ao preço da campanha do atual prefeito, Marcio Lacerda (PSB), eleito em 2012. Segundo dados do TSE, a campanha dele teria custado R\$ 28,5 milhões. Todos os candidatos juntos haviam gastado, até o final do primeiro turno, R\$ 18,9 milhões. Os candidatos têm até o mês de novembro para fazer sua prestação de contas final.

Afastamento do poder econômico das eleições segue sendo um problema

Baseando-se em declarações de receitas e despesas apresentadas à Justiça Eleitoral, um jornal de Belo Horizonte publicou uma reportagem na qual se constata que candidatos que venceram ou que permanecem na disputa em catorze capitais de estado encerraram o primeiro turno das eleições com dívidas milionárias. Parece

haver uma contradição: por um lado, os candidatos apregoam sua capacidade de implantar, nos municípios, práticas de boa gestão. No entanto, suas próprias contas de campanha apresentam inconsistências.

Chama a atenção o caso do prefeito eleito em São Paulo, João Dória (PSDB), cuja dívida é de R\$

6 milhões. Diz-se que tal valor será pago com recursos do próprio prefeito, cujo patrimônio declarado é de R\$ 179 milhões.

Entre os devedores, destacam-se os dois candidatos a prefeito de Belo Horizonte que estão no segundo turno. João Leite (PSDB) concluiu o primeiro turno com um débito de R\$ 1,7 milhão; Alexandre Kalil (PHS) deve R\$ 1 milhão. Essa dívida ainda pode ser equacionada, no prazo estabelecido pela lei eleitoral, já que ambos ainda disputam o segundo turno. De acordo com a reportagem, o primeiro fará a quitação da dívida servindo-se de recursos provenientes de doações, além de contar com o fundo partidário recebido pelos seis partidos da coligação que o apoia. Segundo consta, Kalil não teria dado explicações.

Um levantamento feito por um jornal constata que mais da metade das cidades com mais de 200 mil habitantes, cujos prefeitos foram definidos em primeiro turno, serão governadas por prefeitos com patrimônio superior a R\$ 1 milhão. Foi dado destaque ao prefeito eleito em Betim, Vittorio Medioli (PHS), que – com um patrimônio superior a R\$ 350 milhões – é o mais rico entre todos os eleitos considerados no estudo. Segue-se o prefeito de São Paulo, João Dória (PSDB), com um patrimônio de pouco menos de R\$ 180 milhões, e o de Salvador, Antônio Carlos Magalhães Neto (DEM), com cerca de R\$ 27 milhões.

São Paulo e Minas Gerais são os estados que possuem mais prefeitos milionários. Quatro das grandes cidades mineiras elegeram prefeitos com esse perfil, mas os números podem aumentar após o segundo turno. Estima-se que, concluído o segundo turno, pelo menos 29 prefeitos terão patrimônio milionário. Pode ser que mais da metade das grandes cidades brasileiras venham a ser governadas por milionários.

Isso desperta a questão do autofinanciamento, isto é, candidatos que aportam dinheiro pró-

prio para custear suas campanhas. Em Minas Gerais, apenas 20% dos concorrentes fizeram sua campanha sem aportes do próprio bolso. Um estudo publicado durante a campanha do primeiro turno constatava, a um certo ponto, que metade do dinheiro arrecadado provinha de aportes feitos pelos próprios candidatos.

A conclusão que se pode vislumbrar a partir dos números disponíveis é que nas condições atuais – com o financiamento público limitado ao Fundo Partidário – a campanha eleitoral continua sendo elitista. Candidatos com patrimônio maior saem em vantagem. Comparativamente, em relação às regras anteriores, a proibição do financiamento por empresas pode ter sido um passo importante para a redução das desigualdades de condições no processo eleitoral, mas parece não resolver totalmente o problema.

Alguns consideram que as novas regras pioraram o quadro, já que a arrecadação dependia, segundo dizem, apenas da capacidade do candidato, partido e coligação conseguirem doações por empresas. Outros afirmam que tal igualdade era apenas aparente, pois haveria outras contingências que implicariam desigualdade. Por exemplo, o fato de que já estar no poder ou de aparecer na dianteira em pesquisas eleitorais implicavam maior poder de barganha com as empresas.

Uma solução que tem sido discutida é a imposição do mesmo limite de 10% da renda declarada à Receita Federal no ano anterior, tal como já ocorre com o cidadão que se torna doador de campanha. Tal como estabelecido atualmente, os candidatos podem doar até o teto de gastos autorizados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em cada município. Em Belo Horizonte, por exemplo, esse valor poderia superar R\$ 26 milhões só no primeiro turno.

Composição do Poder Legislativo em Belo Horizonte

Como já dito acima, em Belo Horizonte, mais de 400 mil eleitores deixaram de comparecer às urnas. Na escolha de vereadores foram cerca de 190 mil os votos nulos e pouco menos de 130 mil votos em branco. Isso implica que a Câmara Municipal de Belo Horizonte foi composta com menos de 300 mil votos. Portanto, menos de 20%

dos eleitores escolheram um candidato a vereador.

Tal descaso com a formação do Legislativo municipal parece ter uma motivação objetiva. Dentre os eleitos, 42 candidatos tiveram mais votos do que o vereador que obteve a menor votação (3.018 votos). Isso ocorreu porque as

vagas são preenchidas, considerando as 41 cadeiras de que, em Belo Horizonte, é composto o Legislativo; o total de votos válidos e a votação obtida pelo partido ou pela coligação. Além disso, as sobras são, então, distribuídas por média.

Com esse cálculo complexo, as vagas são distribuídas de forma proporcional, e não por maioria simples. Torna-se difícil para o eleitor que não acompanha a sinuosidade dessas regras entender como é que seu candidato, embora tenha tido mais votos, não foi eleito. Há analistas que consideram que esse modelo desrespeita a vontade do eleitor. Embora as regras sejam conhecidas por todos os interessados e, portanto, o sistema vigente não torne, por si só, as eleições ilegítimas, há uma discussão que se faz em torno da real capacidade de representação dos eleitos, já que boa parte deles é conduzida ao cargo sem o aval direto do eleitor.

Idealmente, o modelo atual deveria fortalecer os partidos. Contudo, os hábitos eleitorais dos cidadãos e dos próprios partidos são personalistas. Há maior valorização do candidato em detrimento do partido. Em razão disso, os críticos do modelo vigente afirmam que essas regras não são adequadas à realidade social brasileira. Esse seria, então, um dos fatores que levam ao sentimento, por parte do cidadão, de que os parlamentares o representam mal, ou não o representam de forma alguma. Daí se pode entender as razões que levam o eleitor a menosprezar seu direito de escolher um vereador.

Na composição da Câmara que acaba de ser eleita, constata-se uma baixa representatividade de alguns segmentos sociais. Isso ocorre independentemente do fato de ser uma mulher negra a vereadora que obteve a maior votação nestas eleições em Belo Horizonte. As mulheres compõem mais da metade (54,17%) da população belo-horizontina, mas apenas quatro vereadoras foram eleitas.

No caso da representação de negros, houve redução. Havia três negros (menos de 10%) presentes na atual legislatura. Na próxima, será apenas um (cerca de 2%). É um desequilíbrio notável se se considera que 53,6% da população de Belo Horizonte se declaram negros ou pardos, segundo dados do IBGE. Essa mesma tendência se verifica no plano nacional, tanto entre os candidatos para o Executivo como para o Legislativo. Outros

segmentos como o geracional (jovens e idosos) ou o de orientação sexual (LGBT's) também continuam sub-representados.

Além disso, mesmo tendo ocorrido um aumento de vereadoras, isso pode não implicar uma efetiva representação de mulheres, pois há outros mecanismos em ação no processo eleitoral. O fato de ser mulher pode não implicar comprometimento com as causas femininas. Há casos em que mulheres são eleitas beneficiando-se do fato de serem parentes de políticos conhecidos ou de serem pessoas conhecidas por outra razão igualmente pouco politizadas.

Alguns analistas veem com ceticismo a capacidade de mulheres eleitas com tais vínculos conservadores fazerem uma efetiva representação dos interesses de suas representadas. Para tais críticos, essas vereadoras deveriam ser consideradas como parte da "bancada da família", expressão com que se usa descrever aqueles parlamentares que são eleitos graças ao fato de serem parentes de algum político já conhecido. Não representariam projetos políticos coletivos, mas apenas interesses privados e carreiristas.

Para avaliar o grau de renovação da Câmara Municipal de Belo Horizonte, é preciso considerar que, dos 41 vereadores atuais, 18 foram reeleitos. Portanto, há 23 parlamentares novos. Contudo, ao contrário do que, frequentemente, é presumido pelo senso comum, o fato de se elegerem pessoas que nunca exerceram mandato não é garantia de renovação.

São numerosos os casos em que o político foi eleito por vincular seu nome a igrejas ou por serviços sociais prestados. Não se costuma ver, em tais casos, nenhuma profundidade ideológica e a consistência de suas propostas tende a ser nula. Frequentemente veem-se vereadores que foram eleitos por estarem associados à prestação de pequenos favores em sua comunidades. É comum que, em tais casos, no exercício de sua função de vereadores, sejam priorizadas demandas ao Executivo como o asfaltamento de ruas, a colocação de quebra-molas, emprego para apadrinhados.

Tudo isso se faz em detrimento da proposição de leis ou da fiscalização sistemática do Executivo, que são as atribuições mais importantes da Câmara Municipal. Essas duas funções acabam ficando submetidas aos interesses próprios do

clientelismo e dos pequenos poderes coronelistas que caracterizam essa forma de vereança.

Quando se consideram as composições políticas que deverão dar sustentação ao novo prefeito, depara-se com o aumento da fragmentação, comparando-se as legislaturas atual e a recém-eleita. Conquistaram vagas diversos partidos minúsculos que agora vão compor bancadas com razoável poder de barganha. Tendo passado de um para quatro vereadores, os partidos com maior aumento em suas bancadas foram o PHS, acompanhando o candidato a prefeito Alexandre Kalil, e o PTN do atual presidente do Legislativo. Contudo, tais partidos são pequenos não tanto pelo número de eleitos, mas por sua baixa rele-

vância ideológica e pelo escasso vínculo com a sociedade.

Assim como foram eleitos vereadores com um histórico de relação com movimentos sociais, a partir de 2017, também vão compor a Câmara alguns parlamentares que já são conhecidos pelo viés neoliberal de sua atuação na cidade. Menos dados ao fisiologismo tradicional do perfil “vereador de bairro”, eles podem vir a representar uma base de sustentação a projetos privatistas e elitistas. É provável que eles reproduzam aqui em Belo Horizonte a mesma linha de corte de investimentos nas ações sociais de Estado que vem sendo feita, no plano federal, pelo Governo Michel Temer (PMDB).

Créditos

A análise publicada em *Contextus* não representa a opinião da PUC Minas ou da Arquidiocese de Belo Horizonte. Sua publicação, sob responsabilidade exclusiva do Nesp, obedece ao propósito de estimular a reflexão sobre a conjuntura política e outros aspectos de interesse social.

Uma versão preliminar deste documento foi submetida a apreciação pelo Coletivo Arquidiocesano de Fé e Política, em reunião do dia 24 de outubro de 2016.

Núcleo de Estudos Sociopolíticos

Avenida Dom José Gaspar, 500 – Prédio 05 – Sala 205

30.535-901 - Belo Horizonte – MG

Site: www.pucminas.br/nesp | E-mail: nesp@pucminas.br | Telefone: 3319-4978

Grupo Gestor

Representantes da PUC:

Adriana Maria Brandão Penzim

Claudemir Francisco Alves

Robson Sávio Reis Souza (Coord.)

Representantes da Arquidiocese de Belo Horizonte:

Frederico Santana Rick - VEASP

José Zanetti Gonçalves – RENSE

Conselho Editorial

Adriana Maria Brandão Penzim

Claudemir Francisco Alves

Robson Sávio Reis Souza

Redator

Claudemir Francisco Alves